

# NEOLIBERALISMO E DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: IMPLICAÇÕES PARA AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

MARIA APARECIDA CRISSI KNUPPEL – UNICENTRO  
DOUTORANDA UFPR

## 1-POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Os diversos âmbitos da vida social têm, hoje, se deparado com a questão da emergência de uma *nova ordem* mundial. A internacionalização e a interdependência dos mercados, a estruturação de áreas de livre comércio bem como a revolução tecnológica são atributos da globalização econômica. Esta tem sido apresentada como a base organizadora da economia mundial e é acompanhada pelas metáforas do *fim do Estado*, *fim da Geografia*, *fim da História*, *mundialização*, *aldeia global*, *mercado único*, etc.(IANNI, 1997).

É, no entanto, inerente ao capitalismo a tendência à expansão e, Marx e Engels em 1848 já evidenciavam tal característica no Manifesto Comunista:

...Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo o que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com seriedade suas condições de existência e suas relações recíprocas. Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais

matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas de regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam, para sua satisfação, os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal. (MARX & ENGELS,1968,p.26-27)

A meta do capitalismo, de chegar a uma sociedade global, racional e harmônica já se faz presente no Iluminismo que subsidia, teoricamente os embriões capitalistas, entretanto, a globalização surge como uma nova modalidade de acumulação do capital que, diferentemente do que ocorria em fases passadas, a apropriação de riquezas é fruto de especulações no mercado financeiro e não mais de produção de valor e mais-valia.

Uma das marcas específicas do atual momento do capitalismo é a aceleração da automação da produção aliada à agilização dos processos de comunicação, mas é a revolução tecnológica informacional que caracteriza de modo mais incisivo a globalização.

A dimensão político-ideológica deste estágio do capitalismo atual é garantida pelas idéias neoliberais. Originário da crise teórica, política e econômica do socialismo real e do capitalismo internacional, o neoliberalismo retoma princípios do capitalismo liberal do século XIX e reage veementemente contra o Estado do Bem Estar Social que se instalou no pós-guerra. Esta reestruturação global do capitalismo propõe o Estado mínimo, descomprometido com as políticas públicas econômicas e sociais e elege o mercado como regulador.

No Brasil, a desregulamentação da economia e as idéias neoliberais ganham visibilidade na década de 1990, na qual o governo Collor, inicialmente, adota um discurso político de defesa da privatização de empresas estatais como maneira de assegurar o Estado de Bem Estar Social, porém esse procedimento nada mais fez que encobrir o projeto neoliberal que se encontrava em curso. Algumas resistências da sociedade civil ainda foram

possíveis, mas, a ameaça de hiperinflação presente no início do governo Itamar arrefeceu-as e propiciou o ambiente propício à implantação e consolidação da política neoliberal que se estendeu pelo governo FHC.

A desobrigação do Estado em relação às políticas sociais agudiza problemas que se arrastam há décadas no cenário brasileiro. Os direitos sociais, tratados como mercadorias, são colocados no setor de serviços, dos quais o Estado tem se desobrigado. Neste contexto, como pensar o direito à educação e, mais especificamente, ao ensino superior?

As instituições de ensino superior têm sido alvo de reformas políticas e sociais do projeto neoliberal, dentre elas, o SINAES, lei 10861 de 14/04/2004 que trata da avaliação da educação superior, as Parcerias Público-Privadas (PPP), lei 11079 de 30/12/2004 que transfere para o setor privado funções do Estado e a Lei de Inovação Tecnológica de número 10973, de 2/12/2004 que prevê parcerias entre universidades e empresas para projetos de inovação. A meta desses dispositivos legais é transformar as instituições de ensino superior públicas em empresas econômicas, assim como também o é das sucessivas versões do projeto de reforma universitária apresentadas pelo governo federal.

Diferenciação institucional, diversificação de fontes de financiamento, falta de autonomia, são algumas das novas faces do ensino superior brasileiro. Tal reorganização implica na transformação das universidades públicas em organizações voltadas para a produtividade, eficiência e flexibilidade.

Segundo Chauí:

Vista como instituição social, cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas, e como instituição social de cunho republicano e democrático, a relação entre universidade e Estado também não pode ser tomada como relação de exterioridade, pois o caráter republicano e democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática republicana e democrática no Estado (CHAUI, 2003,p.1)

E complementa:

É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado

reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas (CHAUI,2003,p.2).

Sguissardi em seus escritos faz uma análise detalhada das transformações que a universidade vem enfrentando:

As transformações pelas quais passa a educação superior no Brasil, semelhante às que enfrenta a maioria dos países da periferia do mundo globalizado e mesmo dos países centrais, não ocorrem por geração espontânea, nem por demanda de seus agentes internos e/ou de sua clientela. Decorrem, antes de tudo das mudanças na produção, na crise do Estado do bem-estar e do Estado desenvolvimentista , e, em especial, das soluções para a crise que o pensamento único propõe e veicula em seus poderosos meios de persuasão. A estratégia de convencimento é hoje de todos conhecida: o espantinho do déficit público; a reforma gerencial do Estado; a privatização dos serviços públicos (antes, direitos da cidadania); a tese de que as taxas de retorno social do ensino básico seriam maiores do que as do ensino superior; a tese de que ensino superior se identificaria mais como um bem privado do que como um bem público. (SGUISSARDI,2001,p.8)

Nesse contexto, se por um lado há unanimidade com relação à importância da universidade para o desenvolvimento da sociedade brasileira, como forma de inserção na economia global, por outro, na ótica capitalista questionam-se os altos custos operacionais das mesmas e a crescente complexidade das demandas exigidas pela sociedade, o que tem obrigado as IES a refletirem sobre a necessidade da elaboração de um novo projeto político-pedagógico e administrativo para assegurar os recursos públicos, e buscar novas formas de financiamento das universidades brasileiras, além de um entendimento amplo de que o ensino superior brasileiro pauta por ajustes de acordo com a ótica neoliberal.

As pesquisas desenvolvidas por Sguissardi, sobre políticas e gestão nas universidades, corrobora os pressupostos descritos, afirmando que as universidades brasileiras estão sendo levadas, pela ótica neoliberal, a assumir um papel de universidade

empresarial competitiva, vinculada à ótica dos organismos internacionais multilaterais, sobretudo, FMI, BIRD e Banco Mundial e, identifica a universidade brasileira como “Universidade Mundial do Banco Mundial.” (SGUISSARDI, 2004, p.13). Para as universidades públicas decorrem exigências impostas por estes organismos, a saber:

a) o estado se desvincule da manutenção da educação superior (mantendo, porém, seu controle) e ocupe-se da educação básica, deixando o nível superior, preferencialmente, a cargo da iniciativa privada; b)

b) as instituições de educação superior sejam organizadas e geridas à semelhança de empresas econômicas;

c) a excelência acadêmica seja medida por critérios de qualidade nos moldes administrativo-empresariais (produto, custo/benefício);

d) as universidades públicas sejam privatizadas ou diversifiquem suas fontes de recursos via cobrança de mensalidades, contratos de pesquisa com empresas, venda de serviços e consultorias, e ainda doações da iniciativa privada;

e) finalmente, como no mundo da economia, das empresas comerciais, que se consiga impor o máximo de diferenciação institucional (além de carreira docente por instituição, e, se possível, salários individualizados por volume de aulas e de produção científica, por exemplo), o que garantiria a competitividade, eleita mola-mestra do progresso em todos os domínios da ação humana. (SGUISSARDI, 2004, p.13)

No quadro dessa diversidade complexa e desafiadora de ações, a universidade tenta fazer o seu papel no sentido de contribuir com a comunidade, possibilitando caminhos para que as pessoas possam ter garantido seu direito aos conhecimentos educacionais, técnicos e culturais a favor de uma vida digna, como condição insubstituível para o advento de uma sociedade mais humana e mais justa. Contudo, a reforma do Estado iniciada no último governo da República “designou setores como setor de serviços não exclusivos do Estado e nele colocou a educação, a saúde e a cultura” (CHAUI, 2003, p.2). Estamos, pois, frente a um novo desafio para o ensino superior na medida em que a educação na

perspectiva do Reforma do Estado passa a categoria de serviço, que pode ser privado ou privatizado e não mais de direito e que, conforme Chauí (2003), “as universidades passariam a constituir-se como organizações sociais e não mais como instituição social”<sup>11</sup>

Diante das considerações tecidas até aqui se estabelece o recorte temático da pesquisa: buscar entender como se processam as atividades extensionistas como forma de estabelecimento de ações pedagógicas ao longo da graduação, que permitam ao aluno estabelecer a interface real entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de que possa produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais, ao mesmo tempo em que, procurar-se entender como se desenvolvem as atividades extensionistas nas universidades brasileiras e em que medida este processo foi historicamente comprometido.

A relevância desta pesquisa se deve ao fato de tentar contribuir no sentido de entender as reais possibilidades de atuação da extensão universitária brasileira, frente a um contexto histórico.

A perspectiva apontada, procurar-se-á subsidiar a problemática, no que tange as relações entre extensão universitária, com os debates que têm na comunidade acadêmica seu ponto de atuação, buscando compreender os sistemas de gestão universitária e as políticas educacionais presentes no ensino superior brasileiro, como forma de garantir ou não os “processos de ruptura/continuidade histórica do capitalismo”. Não se quer com este trabalho chegar a generalizações que possam ser aceitas como verdades imutáveis, mas sim, elaborar diagnóstico a fim de obter dados e configurar abordagens que possam servir de parâmetros para novas investigações.

A história da universidade brasileira está vinculada à luta constante e cotidiana, em busca de um espaço acadêmico onde se defrontem teorias e práticas reveladoras da sociedade. Neste espaço histórico de continuidades e descontinuidades se torna difícil conceituar as funções da universidade.

Esclarecendo ainda mais esta questão Mazzilli evidencia:

Tem sido comum a utilização dos termos **papel** e **função** da universidade como sinônimos. Neste estudo, a expressão **papel social da universidade** refere-se à posição e participação da universidade na construção de um projeto de sociedade e, por **funções da universidade**, as ações exercidas com vistas à

---

<sup>11</sup> A distinção entre instituição social e organização social é de inspiração francfortiana, feita por Miocel Freitag em *Lê naufrage de l' université*. Paris: Editions de lá Découverte, 1996.

realização de seu papel social, ou seja, o que visa atingir ( formação e produção do conhecimento) e como se propõe a fazê-lo (ensino/ pesquisa/ extensão). Historicamente, o papel primordial da universidade, enquanto instituição social, é a de gerar e difundir o saber. O saber, no entanto, é histórico, é referente à sociedade que se deseja construir. Ou seja: produção e a socialização do saber é um dos meios de construção de um projeto histórico de sociedade. Esta é uma das questões que se encontra na raiz da crise da universidade brasileira hoje e o fator gerador dos conflitos decorrentes das diferentes expectativas com relação ao papel a ser desempenhado pela universidade, na construção e consolidação do projeto social global. (MAZZILII, p. 47)

Pode-se afirmar que um dos papéis da universidade está em incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovar as condições de exercício profissional e de produção de conhecimento. Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão, as quais podem ser incluídas como parte da carga horária.

Ao lado da pesquisa, a missão da universidade também é realizar um ensino superior de qualidade, isto é, que forme profissionais não apenas para atender às exigências do mercado de trabalho, mas para contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade e que gere , conforme Chauí, ” uma educação que signifique movimento de transformação interna daquele que passa de um suposto saber (ou da ignorância) ao saber propriamente dito (ou a compreensão de si, dos outros, da realidade, da cultura acumulada e da cultura no seu presente ou se fazendo). A educação é inseparável da formação e é por isso que ela só pode ser permanente” (CHAUÍ,199,p.7)

Como Pró-Reitora de Extensão (2001-2004) e participante dos fóruns de discussões como relação à extensão, é possível afirmar que o que confere sentido à pesquisa e ao ensino superior é sua relação com o outro, as suas relações com a sociedade e não com o mercado. Neste prisma de análise, a extensão pode ter seu papel revitalizado, se entendida não como um setor isolado em relação à pesquisa e ao ensino, mas uma decorrência da competente realização de ambos. A pesquisa, tanto a básica quanto a aplicada, deve ser sistematicamente direcionada ao estudo dos grandes problemas sociais,

podendo fazer uso de metodologias que propiciem a participação das populações na condição de sujeitos, e não na de meros espectadores.

A universidade considera o trabalho acadêmico como um processo orgânico e contínuo que se estende desde a produção até a sistematização do conhecimento e a transmissão dos resultados. A indissociabilidade entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa, expressa no artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 é fundamental neste fazer acadêmico.

Contudo, há que se salientar que a política educacional brasileira, não têm privilegiado estes aspectos, haja vista o decreto mais recente, o de número 3860, de 8 de julho de 2001, no qual o termo indissociabilidade nas universidades desapareceu da legislação educacional.

O romper do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos parece oferecer as condições para acelerar as desigualdades e a elitização do ensino superior brasileiro.

Diante do exposto, necessário o entendimento de como se colocou a extensão universitária no Brasil, certos de que não se pode afirmar que ela esteja consolidada ou institucionalizada, na maioria das universidades brasileiras.

A extensão aportou no Brasil, no início do século XX, através de preocupações esporádicas, não se tratava, portanto, de uma função reconhecida e, muito menos, institucionalizada. Aqui, as primeiras atividades extensionistas foram atos de vontade de segmentos da comunidade acadêmica e não representavam respostas às demandas sociais.

A universidade brasileira sempre acreditou que realizava seu compromisso para com a sociedade pela aplicação de sua função de ensino, porém restrita a uma pequena parcela da sociedade, sustentando-se da visão necessária de sua ampliação.

Contudo, pesquisas têm demonstrado que desde o Brasil Colônia até o ano de 1930 não foi identificado nenhum registro no discurso oficial que reconhecesse a existência da extensão.

Sabe-se que dos anos 30 para a atualidade, as universidades mudaram muito, passaram a preocupar-se em produzir e socializar conhecimentos, contudo, a extensão universitária não teve avanços significativos, no que se refere ao seu registro oficial. Seu conceito ficou restrito a uma função secundária nas atividades da universidade, sistematizadas no tripé ensino, pesquisa e extensão. E esta visão fez com que a extensão universitária, muitas vezes fosse confundida com atividades assistencialistas ou ainda, numa função meritocrática, de prestação de serviços.

O primeiro registro oficial da extensão universitária, no estatuto da Universidade Brasileira/Decreto 19851/31, até a LDB, lei n 4024/61, a mesma foi entendida como uma modalidade: curso, conferência, assistência técnica rural, principalmente para aqueles possuidores de diploma universitário. Percebe-se uma extensão distanciada da população e a dicotomia entre ensino- pesquisa.

Necessário destacar, que no transcorrer da história da extensão universitária, a universidade poderia utilizar-se da extensão como propulsora de uma “práxis revolucionária”, ampliando suas funções de produção e disseminação de conhecimentos, ao mesmo tempo em que estaria atenta para sua função política de transformação das condições sociais de dominação.

O conceito de “práxis revolucionária” faz nos acreditar que a universidade não pode pensar em si mesma como instituição formadora, se ignora o ambiente social na formação dos profissionais. É este o papel da extensão como práxis revolucionária, atuar como instrumento transformador do real, colaborando nas mudanças das circunstâncias, e ao mesmo tempo, ser transformada por essas mesmas circunstâncias.

Segundo Mazzilli:

Analisando os diversos movimentos que envolvem a formulação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sua transformação em preceito legal e sua negação podemos concluir que este princípio, de fato, foi construído, sustentado, ao longo da história do ensino superior no Brasil, pelas forças sociais que incorporam o discurso contra-ideológico e buscam construir um projeto de uma universidade socialmente referenciada projeto este que visa em última instância, à construção de um novo projeto de sociedade. Nesta perspectiva, evidencia-se o significado estratégico do princípio da indissociabilidade. (MAZZILLI<p.47)

Sabe-se que este princípio foi construído historicamente e incluído na Constituição de 1988 pelo movimento social que buscava construir uma universidade diferente.

A indissociabilidade entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa é fundamental no fazer acadêmico e foi expresso no Plano Nacional de Extensão (1999) proposto pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras , “ a extensão universitária é o processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma

indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade,”

Pelas considerações tecidas pode-se afirmar que a relação entre o ensino e a extensão supõe transformação no *processo pedagógico*, pois professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar a aprender, levando à socialização do saber acadêmico.

O conceito proposto pelo Fórum , expresso no Plano Nacional de Extensão, decorrente de muitos outros que historicamente foi se modificando, mais do que um conceito acabado, precisa ser entendido em um movimento dialético, tal qual o significado da extensão – e deve ser colocado entre uma extensão desarticulada na presença de uma pesquisa alienada e um ensino alienante, e a visão da extensão como repassadora à sociedade do conhecimento gerado na universidade, como a setor que faz cumprir a função social da universidade.

Estar-se-ia diante de um equívoco se assim fosse à compreensão, reduzindo novamente a extensão a um caráter assistencialista, como validação social da universidade, ou ainda com a dimensão de prestação de serviços para a comunidade. Equívoco este que vem sendo de alguma forma assumido pelas reformas governamentais, quando editam a Lei de Inovação Tecnológica, que está desvinculada das atividades de extensão, alicerçada em outros setores da instituição, e pela hiper-valorização das atividades de prestação de serviços.

Urgente! É imprescindível que as universidades brasileiras, genericamente falando, discutam com exaustão o papel da extensão universitária reafirmando o compromisso social como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, colocando a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade, por meio de um compromisso social que tem legitimidade, cientificidade, que reforma o papel social, a interdisciplinaridade, e a indissociabilidade.

È importante ressaltar que a intervenção na realidade não visa levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tanto científicos e tecnológicos, quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população.

Sendo assim a universidade deve pensar com a sociedade, tornando a se sentir parte dela e responsável por colaborar, como uma de suas partes constituintes.

Outro aspecto relevante a ser considerado para avaliar o adequado desempenho da universidade está relacionado às suas potencialidades em oferecer um conhecimento diversificado. Se, no passado, a universidade era a principal instituição detentora do conhecimento, hoje o conhecimento se encontra disseminado em toda a sociedade, nas mais variadas formas e disponibilizado através dos meios de comunicação de massa, e dos sistemas e redes de informação.

Além disso, faz-se necessária a adoção de práticas pedagógicas que privilegiem a produção e disseminação de conhecimentos em forma e ritmo compatíveis com a realidade econômica social e cultural do aluno, e que lhe permitam acompanhar a evolução dos conhecimentos produzidos que mudam numa velocidade sem precedentes na sociedade contemporânea.

Enfim, nosso intuito com esta pesquisa, ainda com suas análises preliminares e é o de emprendermos o estudo como possibilidade de contribuição às reflexões sobre a universidade, especialmente acerca da extensão, um campo instigante e em construção. Além disso, é a perspectiva de “... encontrar caminhos para nossas aspirações intelectuais e culturais, para as nossas exigências éticas e esperanças políticas.”(CHAUI,2001,p.72)